O PAPEL DAS EMOÇÕES NO CONTEXTO JURÍDICO EM TEMPOS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

The Role of Emotions in the Legal Context in the Age of Artificial Intelligence

Tatyana Rose Barbosa¹

FDUL

DOI: <https://doi.org/10.62140/TRB2632024>

Sumário: 1. A falácia do antagonismo entre razão e emoção; 2. O Direito pela ótica dos afetos e da valorização da vida; 3. Inteligência Artificial e as emoções; Considerações Finais.

Resumo: Embora as emoções sejam colocadas em um lugar de subsidiariedade em relação ao raciocínio lógico, pesquisas recentes da Neurociência avançam em seus estudos e concedem às emoções um status de complementaridade ao raciocínio lógico, sobretudo na tomada de decisão. Partindo deste pressuposto, no qual as emoções estão amalgamadas ao pensamento lógico e racional, o presente trabalho demonstra, logo no início, o porquê do antagonismo entre a razão e as emoções não ser o parâmetro mais adequado para o contexto jurídico. Embora o apreço pela supremacia da razão seja evidente através do Positivismo Jurídico e dos seus contornos pouco flexíveis sobre a aplicação e interpretação da lei, as demandas jurídicas que uma sociedade produz são, em boa parte, resultado de dinâmicas emocionais que não estão bem estruturadas e que precisam de uma resolução. Apesar do campo do Direito ainda ser tímido no que tange o estudo das emoções e por mais que, em alguns casos, as emoções estejam implícitas nas relações jurídicas, o ordenamento jurídico percebe a necessidade de tutelá-las como forma de garantir bem-estar. A questão que se levanta é como o Direito pode lidar com as emoções de maneira mais efetiva, especialmente em tempos de avanços da tecnologia, sobretudo, da Inteligência Artificial. Tal questionamento é extremamente relevante para a ponderação sobre novos paradigmas que possam sustentar, de forma equilibrada, a apreciação das emoções e a racionalidade jurídica. A realidade é dinâmica e complexa e não pode ser desconsiderada ou reduzida pelo encaixe às normas. Com isso, aponta-se para reflexões sob a ótica do afeto, do cuidado e da relevância da apreciação das emoções de modo que os juristas consigam permear o raciocínio com uma interpretação sensível, coerente com o desenvolvimento social e que considerem tanto a razão e como a necessidade emocional que é a expressão de cada sociedade.

Palavras-chave: Direito e emoções; razão e emoção; Inteligência Artificial; Direito e afeto.

Abstract: Although emotions have traditionally been placed in a subordinate position to logical reasoning, recent advances in neuroscience are reshaping this perspective, granting emotions a complementary role in relation to logical reasoning, especially in decision-making processes. Based on this premise, where emotions are intertwined with logical and rational thought, this paper demonstrates from the outset that the antagonism between reason and emotion is not the most suitable framework for the legal context. While the emphasis on the supremacy of reason is evident in Legal Positivism and its rigid approach to the application and interpretation of the law, legal demands arising in society are largely the result of

¹ Mestre e Doutoranda em Direito com a especialidade em Teoria do Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL). E-mail: tatyanarb@hotmail.com

emotional dynamics that are poorly structured and in need of resolution. Although the field of law remains cautious in the study of emotions, and despite emotions often being implicit in legal relationships, the legal system recognizes the need to protect them in order to ensure well-being. The question that arises is how the law can address emotions more effectively, especially in an era of technological advancements, particularly with the rise of Artificial Intelligence. This question is highly relevant to the consideration of new paradigms that might balance the appreciation of emotions with legal rationality. Reality is dynamic and complex and cannot be disregarded or reduced by fitting it into rigid legal norms. As such, this paper invites reflection from the perspective of affection, care, and the importance of acknowledging emotions in a way that allows legal professionals to integrate sensitive reasoning, coherent with social development, and that considers both reason and the emotional needs that are expressions of each society.

Keywords: Law and emotions; reason and emotion; Artificial Intelligence; law and affection.

1. A FALÁCIA DO ANTAGONISMO ENTRE RAZÃO E EMOÇÃO

A grande separação entre razão, lógica e a ciência das emoções, dos afetos e de tudo que é componente sentimental é uma herança histórica já discutida na Grécia Antiga, mas que se solidificou no período iluminista, momento em que se buscava a hiperespecialização e a separação de matérias para houvesse um viés científico, lógico, uma percepção crua, fria e dissociada de qualquer argumento que não pudesse ser comprovado empiricamente. A iniciativa de separar o conhecimento de crenças e de dogmas da Igreja deu força a um movimento mais racionalista e positivista. Embora a ciência se apegue ao conceito de que tudo deve ser colocado à prova, em contextos sociais, o valor humano não pode ser desprezado e, colocá-lo à prova pode ser uma grande irresponsabilidade.

René Descartes, firmou o entendimento dualista que separava o pensamento racional das emoções. Filósofo que inaugurou a Filosofia moderna, apesar de ter escrito sobre as paixões² e reconhecer a influência de suas forças no ser humano, Descartes realizou em seu *Discurso do Método*³ um estudo cuja preocupação era descobrir qual seria a melhor forma de conhecer a verdade. O seu objetivo era se despir de preconceitos e se distanciar de dogmas da Igreja para se aproximar cada vez mais de uma noção libertadora da razão. Em *As Paixões da Alma*, Descartes elege a razão como uma forma superior para controlar o discernimento, os vícios e as paixões, sendo que a parte virtuosa estaria no controle racional em relação à

² Em “As paixões da Alma”, Descartes aborda a presença das paixões, sentimentos e pensamentos que fazem parte da existência e da essência humana. O autor admite a existência dos sentimentos e das sensações e indaga de que forma um homem virtuoso poderia lidar com essas questões tanto emocionais como morais. DESCARTES, Rene. **As paixões da Alma**. Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal. São Paulo: Editora Lafonte, 2017.

³ DESCARTES, Rene. **Discurso do método**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martinus Fontes, 2001. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/363690/mod_resource/content/1/DESCARTES_Discurso_do_m%C3%A9todo_Completo.pdf. Acesso em: 25 ago. 2024.

parte emocional⁴. Cabe dizer que Descartes fazia uma distinção entre emoções interiores, as quais seriam mais fáceis de serem controladas, de paixões, as quais seriam mais difíceis por acometerem o corpo com maior perturbação.

Não suficiente, o seu discurso dualista envolvia a separação de corpo e de mente, foi fortemente revelado em *Meditações Metafísicas*⁵, obra na qual o autor salientava que o corpo e a mente seriam ambos constituídos por coisas diferentes. Para o filósofo, o ser humano tinha a sua dualidade; de um lado estaria o corpo, o físico, as paixões, os sentimentos e as emoções e de outro lado estaria a parte da razão, do pensamento, do entendimento. Para Descartes, à verdade se chegava com uma percepção mais pura que não apelasse às sensações.

Justamente por causa desse apelo extremo à separação do comportamento e das sensações em relação à mente racional que ainda insiste em permear os nossos dias até a atualidade, António Damásio realiza um excelente contraponto, sustentado pela Neurociência, ao ensinar que a emoção não está tão distante da razão e revela que as emoções fazem parte e ajudam a elaborar a tomada de decisão⁶. Ao contrariar as ideias básicas de Descartes sobre a emoção estar dissociada da mente e da razão, Damásio demonstra que não é viável travar uma disputa como se a razão e a emoção figurassem como componentes independentes ou opostas, isto porque o autor revela que a emoção não somente deixa de parecer um obstáculo como também é fundamental para o processo cognitivo da tomada de decisão.

O autor demonstra que a Neurociência corrobora com o pensamento de que não existe um lado do cérebro que seja responsável pela personalidade e que no outro lado exista um sistema independente para outras atividades racionais. O que existe hoje é mais próximo do consenso de que existem circuitos neuronais interligados que funcionam tanto para a parte lógica como para questões comportamentais. Basicamente, Damásio exemplifica através de casos reais que a tomada de decisão fica igualmente comprometida se houver redução da capacidade emocional, levando a crer a interligação entre as emoções e a tomada

⁴ Em várias partes do livro é possível perceber o discurso de Descartes de que um ser humano dominado pelas paixões é visto como fraco. Como exemplo, o artigo. 51, aborda essa questão: “Ora é útil saber estas coisas a fim de dar a cada qual a coragem para aprender a regular as suas paixões. Porque, já que se pode, com um pouco de habilidade, mudar os movimentos do cérebro aos animais desprovidos de razão, é evidente que muito melhor se pode fazê-lo aos homens; e mesmo os que têm as almas mais fracas poderiam adquirir um absoluto domínio sobre todas as suas paixões, se se aplicassem a dominá-las e a conduzi-las”.

⁵ *Meditações Metafísicas* é a obra que evidencia a crença na separação que o autor faz entre corpo e alma. Para ele, seria possível que ambos os estados existissem independentemente um do outro. O corpo seria extensão da alma, uma existência material. DESCARTES, Rene. **Meditações metafísicas**. São Paulo: Edipro, 2018.

⁶ Logo no início do seu livro, o autor deixa exposto que as emoções podem atrapalhar a razão e reconhece este fato. No entanto, o mais importante é a sua consideração de que “os aspectos emocionais são indispensáveis à realidade”. DAMÁSIO, António. **O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2012, p. 15-16.

de decisão objetiva. Enquanto Descartes acreditava na fragmentação, ou seja, no dualismo entre mente e corpo, Damásio prega uma compreensão de mente integrada e sincronizada, não havendo, portanto, essa consideração de superioridade de uma área em relação à outra⁷.

Embora diversas áreas estudem as emoções, faz parte de um senso comum que devemos separar as ações racionais de ações sentimentais, como se isso pudesse demarcar uma configuração na qual de um lado estaria um pensamento racional e lógico e de outro lado, as ações tomadas pelas emoções. A Neurociência, em seu espaço de pesquisa sobre as emoções, está repleta de estudos que explicam o funcionamento de circuitos cerebrais durante as ações, especialmente durante a tomada de decisões, o seja, as emoções possuem características cognitivas. Não suficiente, a Neurociência permite que superemos o antagonismo entre razão e emoção porque nos envolve com estudos atuais sobre como o equilíbrio entre estes é a melhor das perspectivas. De acordo com Lisa Barrett, devemos reconsiderar alguns entendimentos sobre as emoções, uma vez que seus estudos mostram com confiança que as emoções fazem parte do nosso corpo, sobretudo do nosso cérebro e dos nossos processos cognitivos⁸.

Ao adentrar especificamente nos casos de conflitos na esfera jurídica, é preciso segurança em diversos aspectos, assim como o entendimento de que nem sempre as decisões proferidas observarão a proteção do bem-estar dos envolvidos, uma vez que a doutrina e a Teoria do Direito estão estruturadas de forma burocrática e formalista⁹, com termos que nem sempre são acessíveis ao cidadão comum. Muitas vezes, o formato jurídico ainda explora a dicotomia entre razão e emoção e acaba por isolar as emoções, o que pode desproteger as partes. Em contrapartida, estudos recentes, como de Daniel Kahneman, revelam a importância das emoções nas tomadas de decisão. Relevante, também, compreender como o juiz pode ou deve julgar, ou ainda, o que influencia na tomada de decisão judicial¹⁰. Sobre a questão da tomada de decisão e do preparo de um juiz para decidir, tem-se que juristas e

⁷ “O quadro que estou estabelecendo para os seres humanos é o de um organismo que surge para a vida dotado de mecanismos automáticos de sobrevivência e ao qual a educação e a aculturação acrescentam um conjunto de estratégias de tomada de decisão socialmente permissíveis e desejáveis, os quais, por sua vez, favorecem a sobrevivência - melhorando de forma notável a qualidade dela - e servem de base à construção de uma pessoa”. DAMÁSIO, António. **O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2012.

⁸ BARRETT, Lisa Feldman. **How emotions are made: The secret life of the brain**. New York: Pan Macmillan, 2017.

⁹ Richard Posner entendia o dilema da interpretação jurídica e defendia que a linguagem jurídica era a chave para a aplicação do Direito. Em *How judges think*, o autor aborda a dificuldade da teoria se adequar criativamente à prática e à dinâmica do ato do julgar. POSNER, Richard Allen. **How judges think**. Cambridge: Harvard University Press, 2010, p. 204-229.

¹⁰ BRENNAN JR., William J. Reason, passion and the progress of the Law. **Cardozo Law Review**, v. 10, n. 3, p. 3-23, 1988. Disponível em: <https://larc.cardozo.yu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1355&context=clr>. Acesso em: 28 jan. 2024.

filósofos já estudavam o formato e a composição da tomada da decisão, como Richard Posner¹¹, que alertava para as dificuldades que o juiz enfrenta ao aplicar a lei diante dos casos concretos.

Nota-se, então, uma aparente fragilidade do Direito, especialmente da Teoria do Direito, na medida em que ainda adota uma abordagem pura e racional, que desconsidera a Neurociência, mormente quanto aos estudos sobre a importância das emoções em tomadas de decisão. De acordo com Kahneman, não se trata de deliberar e decidir por abdicar da razão, muito pelo contrário: sustenta-se que percepção emocional é parte da razão, estando ambas intrinsecamente relacionadas. A escolha racional também possui um componente emocional¹².

A questão suscitada gira em torno do problema de como o Direito pode lidar melhor e considerar essa demanda emocional, uma vez que as pessoas buscam na esfera jurídica a sensação de justiça e a solução para os seus problemas. Reforça-se que o ordenamento jurídico recebe as demandas, mas nem sempre responde de maneira acolhedora, seja pela dificuldade em manter uma celeridade processual, seja pela cultura do litígio¹³ ainda estar fortemente presente. Ainda, há diversos fatores que complicam o bom funcionamento do sistema jurídico em proximidade com as reais demandas da população, como no caso da exigência de preparo técnico e jurídico. Nessa linha, nota-se a ausência de critérios de seleção relacionados à compreensão de aspectos psicológicos por parte de futuros operadores do Direito que desempenharão funções diretamente relacionadas às emoções das pessoas, a exemplo de juízes atuantes no Direito de Família. Quem prepara o juiz para lidar com uma criança? Quando um psicólogo é requisitado? Qual é o lapso temporal desse pedido? Os trâmites podem demorar e não ser suficientes para suprir os problemas de uma demanda.

Chegamos a um ponto em que a Neurociência se alinha com a ideia amalgamada entre as emoções e a razão e se utiliza de outros saberes interdisciplinares para deixar essa discussão ainda mais ampla, especialmente quando contribuem para enriquecer os temas

¹¹ POSNER, Richard Allen. **Para além do Direito**. Tradução de Evandro Ferreira e Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2009. Igualmente: POSNER, Richard Allen. The decline of Law as an autonomous discipline: 1962-1987. **Harvard Law Review**, v. 100, p. 761-780, 1986-1987. Disponível em: https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2801&context=journal_articles. Acesso em: 28 jan. 2024. E, por fim: POSNER, Richard Allen. **How judges think**. Cambridge: Harvard University Press, 2010.

¹² KAHNEMAN, Daniel. **Rápido e devagar**: duas formas de pensar. São Paulo: Objetiva, 2012.

¹³ LUZ, Eduardo Silva. A incerteza do acesso a justiça em face da cultura do litígio: a ascensão de métodos alternativos de resolução de conflitos. **Revista Em Tempo**, v. 16, n. 1, p. 72-92, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.26729/et.v16i01.2507>. Acesso em: 28 jan. 2024. No mesmo sentido: CUNHA, Mércia Miranda Vasconcellos. Direito Sistêmico: prática sistêmico-fenomenológica como meio alternativo de resolução de conflitos capaz de efetivar a garantia constitucional do acesso à justiça. **Lex Humana**, v. 15, n. 1, p. 180-203, 2023. Disponível em: <https://www.proquest.com/docview/2788899075?pq-origsite=gscholar&fromopenview=true&sourcetype=Scholarly%20Journals>. Acesso em: 28 jan. 2024.

ligados à racionalidade e à emotividade nas ações humanas. No entanto, a discussão é ampla o suficiente para chegarmos a uma conclusão de não superioridade da razão e ainda, que as emoções, justamente por fazerem parte da realidade, compõem inevitavelmente as situações cotidianas e a esfera do Direito não está distante disto.

2. O DIREITO PELA ÓTICA DOS AFETOS E DA VALORIZAÇÃO DA VIDA

Até o presente momento, a Neurociência nos auxilia com o conhecimento de que não é possível dissociar a razão da emoção na tomada de decisão.¹⁴ Dada esta circunstância, suficientemente trabalhada para alterar os paradigmas dogmáticos, imbuídos de excesso de racionalismo, os quais não são suficientes para sustentarem ou representarem as necessidades dos cidadãos, já passamos do momento de contemplar novas teorias ou ainda, admitir vieses que se comprometam eticamente com a sensibilidade e que observem o entrelaçamento das relações e dos desejos, não somente no campo individual, como também na esfera coletiva.

Dessa forma, tenta-se extrair as principais ideias de Luis Alberto Warat, em sua obra *A rua grita por Dionísio*, a qual traz grandes referências a uma busca por teoria e aplicação do Direito que vivifique a sociedade e reconheça os seres humanos com o seu conjunto de sentimentos e afetuosidade sem perder a sua racionalidade e exercício interpretativo necessário. Ao se deparar com diferentes paradigmas, dentre eles a questão da conquista, na qual o ser humano está profundamente pautado em conquistar, ganhar, ter mais, o que configura uma dinâmica insaciável, Leonardo Boff nos recorda que podemos estar em um ritmo acelerado de evolução tecnológica, mas que no nível da moralidade, não acompanhamos da mesma forma, uma vez que destruimos os vínculos, o ambiente e as relações como um todo.

O autor acredita que isto se deve ao uso absurdo de uma mentalidade racional e que é voltada para o consumo, na falácia de uma liberdade. Olhar pelo prisma exclusivo da razão não corrobora para uma ética. Para melhorar a circunstância humana, o autor acredita que existe um equilíbrio entre a razão e o afeto, o que se perfaz através do reconhecimento de que precisamos uns dos outros. No cerne de suas obras, o autor nos alerta do quanto é necessário o viés da solidariedade, do diálogo e da responsabilidade. Para Boff, não podemos nos concentrar apenas em conquistar, mas sim, precisamos trabalhar a autolimitação de

¹⁴ DAMÁSIO, António. **O erro de Descartes**: emoção, razão e o cérebro humano. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2012.

modo que possamos ter mais maturidade e utilizarmos as nossas potencialidades ao máximo¹⁵.

Pelo menos duas perspectivas de Hilton Japiassu são completamente coerentes com o que prega o presente trabalho, uma vez que o autor desenvolve seus textos em torno do mito da neutralidade¹⁶ e sobre a importância da interdisciplinaridade diante do saber¹⁷. Para Japiassu, é impossível falarmos em neutralidade, já que somos um coletivo de experiências e vivências. Podemos falar em imparcialidade, em não tomar partido, em decisões judiciais nas quais o juiz deve ser imparcial, por exemplo. No entanto, a vida é dinâmica, holística e não é segmentada como pretendem aqueles que defendem a hiperespecialização e contribuem para a fragmentação do conhecimento e, conseqüentemente, da sensibilidade¹⁸. Dessa forma, a busca incessante pela Ciência como critério de racionalidade precisa urgente de integração, ponderação e equilíbrio¹⁹.

Olhar uma fatia da realidade é descontextualizá-la da componente essencial que é a vida, a experiência e a essência humana como um todo. Por isso, o que se julga coerente é a integração das emoções no Direito por teorias e paradigmas que irão inspirar e recepcionar práticas jurídicas criativas que não se limitam à aplicação pura da lei²⁰.

¹⁵ BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano-compaixão pela terra**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017, p. 60. Outra obra que acompanha o mesmo raciocínio: SLOTERDIJK, Peter. **Crítica da razão cínica**. São Paulo: Estação Liberdade, 2024.

¹⁶ JAPIASSU, Hilton. **O mito da neutralidade científica**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1975.

¹⁷ JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976.

¹⁸ Em seu texto escrito ainda na década de 90, Japiassu já nos alertava que o futuro precisava ser interdisciplinar. A especificidade em excesso, com raízes positivistas, atrapalha o saber e um apreço pela razão de tal forma que a torna irracional: “Por causa dos arraigados preconceitos positivistas que ainda cultivam todo tipo de epistemologia da dissociação do saber. Sob esse aspecto, ensina-se um saber bastante alienado e em processo de cancerização galopante. Seus horizontes epistemológicos são demasiado reduzidos. Ademais, ensina-se um saber fragmentado que constitui um fator de cegueira intelectual, que decreta a morte da vida e que revela uma razão irracional”. JAPIASSU, Hilton. A questão da interdisciplinaridade. **Seminário internacional sobre reestruturação curricular**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Educação, 1994.

¹⁹ Nas palavras de Japiassu: “Em oposição ao idealismo, o positivismo começa por renunciar a toda filosofia, especialmente a metafísica. Só os fatos constatáveis e verificáveis por procedimentos empíricos eram reconhecidos como fundamento válido de uma ciência verdadeira. Em auxílio das ciências experimentais, vinham as matemáticas cujo objeto é constituído por aquilo que, com a ajuda de axiomas e de definições, deixa-se determinar, sem contradição, em suas relações formais. O positivismo teve grandes êxitos nos planos científico e tecnológico. Mas ampliou enormemente a disparidade das ciências, isolou as ciências experimentais das ciências humanas e, com frequência, reivindicou o monopólio para sua própria metodologia”. JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976, p. 184.

²⁰ Nesse sentido, Nevita Maria Pessoa de Aquino Franca Luna faz a comparação entre dois tipos de juristas; aqueles que se fixam à aplicação da letra seca da lei, tomados pelo Positivismo e aqueles que permitem olhar com mais criatividade para o repertório jurídico. Quanto ao primeiro tipo a autora refere: “Ademais, impregnado de positivismo, tal modelo de jurista tem a tendência a considerar que as paixões não são nada além da manifestação de um pensamento pré-científico, pré-lógico, uma mentalidade primitiva, infantil, que foi ultrapassada desde muito tempo por nossa razão ocidental cartesiana.” A autora logo em seguida complementa: “O segundo tipo de jurista, ao contrário, crê que a força da sua arte reside em considerar suas próprias fraquezas e seus próprios limites, e procura, sobretudo, a solução justa para cada caso particular, entre as diferentes fontes de direito, que estão abrigadas em um vasto catálogo que não se limita apenas à lei”. LUNA, Nevita Maria Pessoa de Aquino Franca. **Por uma erótica do Direito: Contradições, diálogos e perspectivas entre Direito e emoção**. Belo Horizonte: Editora Arraes, 2019, p. 3.

Recepcionar uma teoria que tenha como base as relações humanas é um compromisso que o Direito precisa assumir o quanto antes, se o seu objetivo for perpetuar a Justiça e não apenas um discurso excludente ou dominante. Afinal, a ciência jurídica é composta de ações humanas pensadas em situações humanas. Esse é o grande paradoxo que Japiassu levanta: as ciências humanas, muitas vezes objetificam o homem e não levam em consideração os seus aspectos humanos, como as ações, os sentimentos, as experiências. Esse esvaziamento também está relacionado com a questão da fragmentação do conhecimento e da tentativa de deixá-lo cada vez mais sólido, específico, longe de aspectos que tornam o homem humano: as suas emoções e a sua essência²¹. É possível estender esse mesmo raciocínio para quando pensamos a questão dos avanços da Inteligência Artificial.

Para que exista um equilíbrio, Lídia Reis de Almeida Prado reforça que a interdisciplinaridade é uma via que evita os extremos nem tanto pelo humanismo exagerado e nem tanto pelo objetivismo com excesso de formalismo²². Não suficiente, a autora ressalta a importância da afetividade em um contexto em que as tecnologias são desenvolvidas e muitas vezes, podemos perder a noção da universalidade do saber e dos conceitos.

Olhar apenas o sentido racional é restringir a potencialidade do saber e, ainda, isso acarreta no aumento do abismo no que diz respeito à comunicação, ou seja, o diálogo entre as disciplinas e as pessoas precisa acontecer de maneira criativa. Ressalta Ivani Fazenda que as disciplinas precisam estar suficientemente desenvolvidas para que haja uma síntese criativa e ousada entre as próprias disciplinas²³.

Para uma interpretação de uma teoria que integre as emoções no Direito e que recepcione a imensidão de novidades que a tecnologia nos traz, a interdisciplinaridade, ou

²¹ A epistemologia das ciências humanas nos coloca diante do seguinte paradoxo: essas disciplinas deixam de lado o homem. Ademais, leva-nos a tomar consciência das *démarches* da inteligência científica sobre o homem, para descobrir sua significação. As ciências não podem contentar-se em dar continuidade a um espírito desencarnado, pois têm por objeto as atitudes, as condutas, em suma, a ação da personalidade concreta e, dessa forma, são as únicas reveladoras do fenômeno humano. Para que uma pesquisa não esfale seu objeto, precisa considerar o sentido e a preocupação do homem real. JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976, p. 202.

²² “Para o entendimento desse mundo, agora vazio de valores, novas abordagens procuraram superar o antagonismo entre conhecimento e objeto a ser conhecido. A interdisciplinaridade é um importante instrumento dessa superação, por não separar o saber técnico (que acarreta o progresso científico da nossa era) do mundo ao qual esse conhecimento se destina. Assim, a interdisciplinaridade é considerada como a mais recente tendência da teoria do conhecimento, decorrência obrigatória da modernidade, possibilitando que, na produção do saber, não se incida nem no radical cientificismo formalista (objetivismo), nem no humanismo exagerado (subjetivismo). Tal saber caracteriza-se por ser obtido a partir da predisposição para um encontro entre diferentes pontos de vista (diferentes consciências), o que pode levar, criativamente, à transformação da realidade”. PRADO, Lídia Reis de Almeida. **O Juiz e a Emoção: aspectos da lógica da decisão judicial**. 6. ed. São Paulo: LTr, 2013, p. 32.

²³ FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. São Paulo: Papyrus, 2003.

transdisciplinaridade conforme as lições de Warat²⁴, são aspectos fundamentais para construir uma ponte do saber. As emoções não estão longe e não devem se afastar do contexto jurídico, afinal este é formado pelas ações e sentimentos humanos. A tecnologia precisa ser um instrumento aliado à construção da Justiça e na simplificação de obstáculos ou desafios que não exigem um longo exercício de interpretação ou apreciação.

O presente trabalho insiste na apreciação das emoções não somente para haver um equilíbrio entre o processo racional e o processo emocional, mas por acreditar que o valor humano é, muitas vezes, subestimado por um normativismo que insiste em prolongar falácias baseadas na racionalidade ou pior, no antagonismo entre razão e emoção. A interdisciplinaridade expressa a integração, a totalidade, a não anulação das pessoas e das suas experiências, de modo a não ficar restrita ao racional e fazer com que tanto os saberes quanto as pessoas estejam aptos para explorar toda a sua potencialidade.

Com sérias críticas à cultura do litígio, Luis Alberto Warat nos contempla com o seu conhecimento sobre a necessidade do desenvolvimento da afetuosidade no contexto jurídico. Para Warat, *A rua grita por Dionísio*²⁵ é uma obra cuja metáfora expressa a necessidade do Direito ser formado pelo cotidiano das pessoas e não como uma imposição, fruto do normativismo imposto por grupos de culturas dominantes. O seu pensamento é contradogmático e prega por uma espécie de “Cartografia dos Sentidos”²⁶, na qual deve ser traçada uma nova forma de ver, perceber e sentir o mundo, ou seja, o Direito deveria ser compreendido de uma forma “dionisíaca”, em outras palavras, com o poder de sentir, de ter sensibilidade, a qual se perde diante de um racionalismo exacerbado que oprime qualquer possibilidade de emancipação ou de cuidado com o próximo, o que o autor chama de vínculos de alteridade²⁷.

Para Warat, é fundamental que o homem se disponibilize a olhar os seus afetos e saiba do que é feita a sua própria identidade e estrutura para que depois consiga entender o mundo que o cerca. O olhar para dentro e, conseqüentemente, enxergar o próximo e permitir ter relações com as pessoas é a base do que forma a realidade e, conseqüentemente, o Direito.

É preciso ressaltar que não está presente na obra de Warat uma crítica à razão como fruto e fonte de conhecimento. O que o autor aponta como problemático é o excesso de

²⁴ WARAT, Luis Alberto. **A ciência jurídica e seus dois maridos**. v. 1. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.

²⁵ WARAT, Luis Alberto. **A Rua Grita Dionísio**. Tradução de Vivian Alves de Assis, Júlio Cesar Marcellino Jr. e Alexandre Morais da Rosa. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

²⁶ WARAT, Luis Alberto. **A Rua Grita Dionísio**. Tradução de Vivian Alves de Assis, Júlio Cesar Marcellino Jr. e Alexandre Morais da Rosa. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 25.

²⁷ WARAT, Luis Alberto. **A Rua Grita Dionísio**. Tradução de Vivian Alves de Assis, Júlio Cesar Marcellino Jr. e Alexandre Morais da Rosa. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 58.

racionalismo, ou seja, o uso exacerbado da razão para justificar o Direito e a consequente perda da sensibilidade em observar as demandas humanas. Dessa forma, é objeto de discussão o conceito sobre o senso comum teórico do jurista e, nesse sentido, o autor critica um Direito elaborado e que coexiste em função do poder e de ideologias políticas disfarçadas. Para o autor, uma coisa é usar a razão, a mentalidade objetiva, outra coisa é a proposta de objetificação, sendo esta um projeto de dominação, na qual *extermina as subjetividades*.²⁸

O normativismo, atrelado ao formalismo, cujas características exalam frieza, insensibilidade e dificuldade em estabelecer uma crítica em relação àquilo que está a dominar, precisa ser substituído por um olhar preocupado, o que podemos encontrar, posteriormente na teoria de Leonardo Boff²⁹ e Carol Gilligan³⁰, como a Ética do Cuidado com as devidas diferenças³¹. No entanto, Warat é nítido ao propor que o normativismo não é compatível com a paz³².

Warat é um forte defensor do Direito como uma prática transdisciplinar que não ignora a necessidade da sensibilidade e que esteja despida do viés ideológico imposto entre as pessoas.³³ Através da alteridade, com grandes traços emancipatórios, é possível dizer que não basta apenas reconhecer as pessoas e os seus direitos; é preciso enxergá-las e valorizá-las, uma vez que a sociedade é o ambiente de encontro e como o próprio Professor diz, um *entre-nós*.³⁴

Sentir o outro, reconhecer subjetividades, dar margem ao afeto, criar espaço para sensibilidade e cuidado são premissas que o Direito deveria se preocupar em investir desde a sua base teórica e a aplicação prática. Reforça-se que o investimento neste viés auxilia e glorifica a razão, uma vez que a razão aplicada sem qualquer vínculo moral ou com a

²⁸ WARAT, Luis Alberto. **A Rua Grita Dionísio**. Tradução de Vivian Alves de Assis, Júlio Cesar Marcellino Jr. e Alexandre Morais da Rosa. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 60.

²⁹ BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano-compaixão pela terra**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

³⁰ GILLIGAN, Carol. **In a Different Voice: Psychological Theory and Women's Development**. Cambridge: Harvard University Press, 1982.

³¹ Nesse sentido, Warat discorre que as concepções normativistas recorrem a grandes abstrações e que “Os operadores do Direito não revelam nenhum excesso de sensibilidade, ao contrário, as formas dominantes de conceber o Direito conseguem formar operadores sem sensibilidade, corpos sem capacidade de relacionar-se sensivelmente com os outros e com o mundo [...] Não escutam as necessidades emocionais do outro senão caem embriagados com seu próprio canto da sereia”. WARAT, Luis Alberto. **A Rua Grita Dionísio**. Tradução de Vivian Alves de Assis, Júlio Cesar Marcellino Jr. e Alexandre Morais da Rosa. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 63-64.

³² WARAT, Luis Alberto. **A Rua Grita Dionísio**. Tradução de Vivian Alves de Assis, Júlio Cesar Marcellino Jr. e Alexandre Morais da Rosa. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 61

³³ “Dito de outra forma, um pouco mais além desta força de expressão, os juristas se mostram com uma inquietante incapacidade de escutar os sentimentos das pessoas. Esses sentimentos se encontram encobertos por camadas de representações ideológicas que são escutadas, porém, de um modo tão estridente que impossibilita qualquer outra escuta”. WARAT, Luis Alberto. **A Rua Grita Dionísio**. Tradução de Vivian Alves de Assis, Júlio Cesar Marcellino Jr. e Alexandre Morais da Rosa. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 64.

³⁴ WARAT, Luis Alberto. **A Rua Grita Dionísio**. Tradução de Vivian Alves de Assis, Júlio Cesar Marcellino Jr. e Alexandre Morais da Rosa. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 53.

sensibilidade humana é uma aberração, bem como seria uma aplicação de uma lei que fosse puramente conduzida pelo viés emocional. A qualidade sempre estará no equilíbrio e no reconhecimento de que os seres humanos precisam ser olhados por um sistema de normas que regulariza condutas, ou seja, a essência humana são os sentimentos, mas que sem a razão, desconfiguram a aplicação da Justiça.

3. O LUGAR DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL DIANTE DO DIREITO E DAS EMOÇÕES

Em tempos de inteligência artificial, por mais que a tecnologia consiga expressar diferentes tons e nuances em seus mais diversos discursos, há vários aspectos fundamentais que precisam ainda ser estudados e regulados, especialmente quando envolvem tomada de decisão em contexto jurídico.

A maioria dos sistemas que utilizam a inteligência artificial servem para produzir documentos, facilitar a produção de resumos de relatórios e resolver questões mais burocráticas. Como exemplo disso, temos o sistema Galileu³⁵, utilizado para aumentar a produtividade, pesquisar jurisprudência, analisar precedentes e trazer uma linguagem simples para que as decisões sejam compreendidas pelos interessados.

Faz-se a ressalva de que a decisão em si não utiliza o recurso da inteligência artificial até o momento, ou seja, ainda é humano o exercício de interpretar com equilíbrio e chegar a uma conclusão. Enquanto as tarefas burocráticas podem ser realizadas pela tecnologia, e esse é um processo que não é desconhecido desde a Revolução Industrial, ainda o viés humano, sobretudo a questão emocional, é o que paradoxalmente nos diferencia, mas ao mesmo tempo nos iguala como seres humanos, uma vez que é a consciência o instrumento final para uma decisão.

Parafraseando o Professor Eduardo Bittar, a razão precisa incorporar o afeto e não ser substituída por este. A razão não se limita ao formalismo e pode sim, alinhar-se com uma lógica sensível ou afetiva que conduza as ações humanas de uma forma melhor orientada³⁶.

³⁵ Exemplo do TRT RS do sistema galileu

³⁶ Por isso, a reflexão filosófica contemporânea deve ser sensível à questão de que a razão não se substitui pelo afeto, mas incorpora o afeto como um modo de praticar uma ética do cuidado. O afeto não exclui a reflexão e nem a reflexão exclui o afeto; como instâncias complementares, ambas sobrevivem lado a lado após os longos percursos modernos de expurgos em que lógos soterra éros. Para isso, foram necessárias experiências que demonstraram o desenfreado caráter logomaniaco da razão, que aporta na barbárie. Onde o equilíbrio prepondera, estas instâncias estão em relação de complementaridade, onde o desequilíbrio prepondera, elas litigam e, ao litigarem, se anulam como forças capazes de afirmarem a vida. Portanto, a filosofia que extrai da biofilia o seu fundamento deve necessariamente alinhar-se na perspectiva da disseminação de uma identidade humana capaz de transpirar responsabilidade e afeto no trato entre ego e alter. BITTAR, Eduardo C. B. Razão e afeto, justiça e direitos humanos: dois paralelos cruzados para a mudança paradigmática. Reflexões frankfurtianas e a revolução pelo afeto. **Revista Mestrado em Direito**, Osasco, ano 8, n. 1, p. 99-128, 2008.

Não suficiente, Bittar associa a ideias de Eric Fromm sobre a tendência de necrofilia que a sociedade pode manter coletivamente.³⁷ O apreço pela vida, a biofilia, é o norte que tanto a filosofia como o Direito precisam seguir.

Saindo das abstrações do excesso de racionalismo, a Inteligência Artificial tem muito espaço no que tange as burocracias e trazer facilidades. A Inteligência Artificial irá requerer um preparo emocional pelo que ainda está por vir. Embora boa parte da demanda burocrática tenha indícios de que será suprida, haverá, portanto espaço suficiente pra que as emoções sejam validadas, abordadas e discutidas. A ponderação e o equilíbrio serão peças fundamentais para lidar com avanço da tecnologia.

Dessa forma, o valor da interdisciplinaridade é inenarrável. Mais do que nunca as pessoas precisarão ser reconhecidas pelo que são e não apenas pelo que fazem tecnicamente. O Direito precisa ganhar contornos mais ativos, vivos, que prezem por aquilo que Bittar e Fromm se referem no tocante à biofilia. Atitudes dinâmicas e sensoriais ajudarão a perfazer a justiça que apenas o texto, o discurso e a técnica não conseguem realizar.

CONSIDERACOES FINAIS

Ao longo deste trabalho, buscou-se demonstrar que, por mais que, historicamente, seja atribuída às emoções uma certa carga de inferiorização face à razão, fazem parte de dinâmicas associadas à Justiça e são essenciais para a prática e para o pensamento jurídico. Embora o período iluminista tenha refrescado a estrutura punitivista com contornos mais legalistas, deixando de lado o extremo do poder punitivo medieval e a prática de uma caça às bruxas fundamentada em emoções descontroladas, acabou por elevar a razão a uma condição inalcançável e inexequível, não somente pelo fato da estrutura jurídica ganhar contornos de saber científico e especializado, mas também porque se tornou um instrumento de dominação e acabou por esquecer que o sentimento é a base das escolhas de uma sociedade.

Com as descobertas contemporâneas da Neurociência, que apontam para uma interdependência entre emoção e raciocínio lógico, entendemos que o modelo tradicional de separação entre esses dois elementos não é apenas desatualizado, mas também inadequado para compreender a complexidade das interações humanas que o Direito pretende regular. As emoções não são meros obstáculos ao raciocínio lógico; elas são fundamentais para o processo decisório, influenciando de maneira significativa as motivações e ações humanas.

Disponível em: https://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/eduardobittar/bittar_razao_afeto_justica_dh.pdf. Acesso em: 19 set. 2024.

³⁷ FROMM, Erich. **Anatomia da destrutividade humana**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

Isso é particularmente relevante no campo do Direito, onde as decisões judiciais e a interpretação das normas legais devem, preferencialmente, refletir não apenas uma aplicação fria e calculista da lei, ou oriunda de sistemas ou instrumentos da tecnologia, mas também uma compreensão empática e contextualizada das relações e das circunstâncias humanas que apenas o humanos poderão concretizar tal resposta.

Vale ressaltar que a objetividade valorizada pelo Positivismo, não teve apenas o viés negativo; pelo contrário, trouxe avanços e previsibilidade diante de condenações e de leis baseadas em emoções exacerbadas e perversas. No entanto, o excesso da vertente racionalista desconsidera elementos essenciais da experiência humana. As demandas por justiça e equidade que surgem das dinâmicas emocionais não podem ser adequadamente julgadas sem uma abertura para compreender o que pode ter causado tais relações. A subjetividade não trata apenas a questão individual de cada pessoa. Quando existe uma teoria que aprecia, observa e se atenta para as partes envolvidas, é uma teoria que considera a experiência humana como algo valioso e vivo.

O enfoque na apreciação das emoções não sugere, em hipótese alguma, uma substituição da razão pela emoção, mas sim uma complementaridade onde ambos os elementos são reconhecidos como partes essenciais de um processo decisório mais humano e justo. A tecnologia ganha o seu espaço como facilitadora de burocracias e de aproximação de detalhes que ainda são mais custosos de serem elaborados pelos humanos. No entanto, a justiça, em sua essência, não é apenas uma questão de aplicação da norma ao fato; é também uma questão de compreender o ser humano em sua totalidade – suas necessidades, suas dores, seus anseios, seus desejos e suas vicissitudes e todos esses detalhes também cabem aos seres humanos.

Ao adotar essa nova perspectiva, disponibilizam-se reflexões para a criação de novos paradigmas para enfrentar os desafios atuais de uma sociedade em constante mudança, onde as demandas por uma justiça mais inclusiva e sensível estão cada vez mais em evidência. Essa abordagem, fundamentada no afeto, na interdisciplinaridade e na alteridade, tem inspirações Waratianas e não busca simplificar ou reduzir a qualidade da prestação jurisdicional, no entanto, reconhece a complexidade e a riqueza da experiência humana que se pretende regular. Por meio dessa lente, o Direito pode se aproximar de seu objetivo principal que é a realização da justiça, a qual pode ser traduzida para um equilíbrio dinâmico entre a razão e a emoção, entre as normas e as experiências vividas. É preciso dizer que o Direito, ao buscar a Justiça, deve se aproximar da vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARRETT, Lisa Feldman. **How emotions are made: The secret life of the brain.** New York: Pan Macmillan, 2017.

BITTAR, Eduardo C. B. Razão e afeto, justiça e direitos humanos: dois paralelos cruzados para a mudança paradigmática. Reflexões frankfurtianas e a revolução pelo afeto. **Revista Mestrado em Direito**, Osasco, ano 8, n. 1, p. 99-128, 2008. Disponível em: https://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/eduardobittar/bittar_razao_afeto_justica_dh.pdf. Acesso em: 19 set. 2024.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano-compaixão pela terra.** Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

BRENNAN JR., William J. Reason, passion and the progress of the Law. *Cardozo Law Review*, v. 10, n. 3, p. 3-23, 1988. Disponível em: <https://larc.cardozo.yu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1355&context=clr>. Acesso em: 28 jan. 2024.

CUNHA, Mércia Miranda Vasconcellos. Direito Sistêmico: prática sistêmico-fenomenológica como meio alternativo de resolução de conflitos capaz de efetivar a garantia constitucional do acesso à justiça. **Lex Humana**, v. 15, n. 1, p. 180-203, 2023. Disponível em: <https://www.proquest.com/docview/2788899075?pq-origsite=gscholar&fromopenview=true&sourcetype=Scholarly%20Journals>. Acesso em: 28 jan. 2024.

DAMÁSIO, António. **O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano.** São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2012.

DESCARTES, Rene. **As paixões da Alma.** Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal. São Paulo: Editora Lafonte, 2017.

DESCARTES, Rene. **Discurso do método.** Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2001. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/363690/mod_resource/content/1/DESCARTES_Discurso_do_m%C3%A9todo_Completo.pdf. Acesso em: 25 ago. 2024.

DESCARTES, Rene. **Meditações metafísicas.** São Paulo: Edipro, 2018.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa.** São Paulo: Papirus, 2003.

FROMM, Erich. **Anatomia da destrutividade humana.** 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

GILLIGAN, Carol. **In a Different Voice: Psychological Theory and Women's Development.** Cambridge: Harvard University Press, 1982.

JAPIASSÚ, Hilton. A questão da interdisciplinaridade. **Seminário internacional sobre reestruturação curricular.** Porto Alegre: Secretaria Municipal de Educação, 1994.

JAPIASSÚ, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber.** Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976.

JAPIASSÚ, Hilton. **O mito da neutralidade científica.** Rio de Janeiro: Imago Editora, 1975.

KAHNEMAN, Daniel. **Rápido e devagar**: duas formas de pensar. São Paulo: Objetiva, 2012.

LUNA, Nevita Maria Pessoa de Aquino Franca. **Por uma erótica do Direito**: Contradições, diálogos e perspectivas entre Direito e emoção. Belo Horizonte: Editora Arraes, 2019.

LUZ, Eduardo Silva. A incerteza do acesso a justiça em face da cultura do litígio: a ascensão de métodos alternativos de resolução de conflitos. **Revista Em Tempo**, v. 16, n. 1, p. 72-92, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.26729/et.v16i01.2507>. Acesso em: 28 jan. 2024.

POSNER, Richard Allen. **How judges think**. Cambridge: Harvard University Press, 2010.

POSNER, Richard Allen. **Para além do Direito**. Tradução de Evandro Ferreira e Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

POSNER, Richard Allen. The decline of Law as an autonomous discipline: 1962-1987. **Harvard Law Review**, v. 100, p. 761-780, 1986-1987. Disponível em: https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2801&context=journal_articles. Acesso em: 28 jan. 2024.

PRADO, Lidia Reis de Almeida. **O Juiz e a Emoção**: aspectos da lógica da decisão judicial. 6. ed. São Paulo: LTr, 2013.

SLOTERDIJK, Peter. **Crítica da razão cínica**. São Paulo: Estação Liberdade, 2024.

WARAT, Luis Alberto. **A ciência jurídica e seus dois maridos**. v. 1. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.

WARAT, Luis Alberto. **A Rua Grita Dionísio**. Tradução de Vivian Alves de Assis, Júlio Cesar Marcellino Jr. e Alexandre Moraes da Rosa. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.